Projeto Institucional PIBID 2024

Em atendimento ao chamamento do Programa Nacional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) EDITAL Nº 10/2024, o Centro Universitário Serra dos Órgãos vem apresentar a sua proposta de Projeto Institucional. A busca pela promoção da ciência e do estímulo ao protagonismo dos estudantes, e incentivo aos talentos talentos potenciais entre estudantes de graduação, é prática do Unifeso. Logo, incentivar a participação em projetos de pesquisa e extensão, com orientação docente, são práticas que fazem parte da rotina do Centro Universitário.

Ainda, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2023-2027, esse estímulo à formação ampla dos estudantes faz parte das iniciativas que visam alcançar metas dos temas estratégicos “Gestão da Permanência” e “Experiência do Estudante”. Conforme o texto do PDI 2023-2027 os projetos “no Unifeso [são] concebidos como um processo acadêmico, integrado ao ensino, à pesquisa e à inovação, por meio do qual a instituição de ensino interage com os diversos setores da sociedade, produzindo conhecimento e transformação”. Por estas razões, as práticas do Unifeso estão alinhadas com a possibilidade de atender ao PIBID.

I - Apresentação do Projeto:

O projeto “Educar para a diversidade - Direitos Humanos e equidade na educação básica no município de Teresópolis” vem propor disseminar práticas de ensino, com vistas a promover a educação inclusiva em escolas públicas da cidade de Teresópolis/RJ. Além da proposição de divulgação científica, com produção de artigos científicos. Dados do projeto:

Projeto	Educar para a diversidade - Direitos Humanos e equidade na educação básica no município de Teresópolis
Instituição Proponente	Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO)
Reitora	Profª Drª Veronica Albuquerque
Diretora Acadêmica de Ciências Humanas e Tecnologias	Profª Ms Vivian Paim
Coordenador Institucional	Profª Ms Renata Lia Ferreira da Silva

Coordenadora do curso de Pedagogia	Profª Drª Bianca Jussara Borges Clemente

II - Justificativa;

O Censo escolar 2023 apresenta que há 47,3 milhões de estudantes matriculados no país, distribuídos em 178,5 mil escolas (Brasil, 2024). A realidade escolar, atualizada do Brasil, subentende uma instituição que se vê diante da necessidade de se adaptar diante da diversidade dos alunos, e da crescente demanda pela inclusão de alunos PCD e neurodivergentes (Weizenmann et. al., 2020; Bezerra, 2020).

Sob este panorama é ainda preciso considerar a legislação que contempla essa temática:

- Plano Federal de Educação para todos, fundado a partir da Declaração de Salamanca (Especiais, 1994);
- Constituição Federal de 1988, artigo 205°, que estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e artigo 208° que garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Nº 9.394/1996, artigo 4°, Inciso III que determina o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e os artigos 58° a 60° que discorrem especificamente sobre a educação especial, que deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino (Brasil, 1996);
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Nº 8.069/1990, Artigo 54° que garante atendimento educacional especializado às crianças e adolescentes com deficiência (Brasil, 1990);
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino (Brasil, 2008);
- Decreto Nº 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, reforçando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2011);
- Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei Nº 13.146/2015 em seus artigos 27° a 30° que tratam da educação inclusiva, garantindo o direito à educação em todos os níveis de ensino, preferencialmente na rede regular, e definindo a responsabilidade das instituições de ensino na oferta de condições adequadas para a inclusão (Brasil, 2015);

- Decreto Nº 9.034/2017 que atualiza as normas relativas à educação especial e ao atendimento educacional especializado, regulamentando a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino (Brasil, 2017);
- Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 que Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (Brasil, 2001).

Assim, a partir da leitura dos dispositivos legais e da literatura disponível (Mendes, 2006; Camargo & Bosa, 2009; Weizenmann et. al., 2020; Bezerra, 2020) acerca da temática é possível considerar que a Educação é a porta de entrada da criança na sociedade e por isso, precisa-se cada vez mais formar professores com olhar diferenciado sobre a diversidade. Há ainda a crescente demanda de atenção das escolas voltada para crianças neurodivergentes e neuroatípicas (Araújo et. al., 2023). Tal fato abre a necessidade de formação dos docentes, acompanhamento adequado aos estudantes (por meio de Planos de Ensino Individualizados), contextualização dos demais alunos e funcionários, além de ajustes estruturais e de pessoal, que se façam necessários. Ainda os marcadores de dificuldades de aprendizagem, transtornos de aprendizagem e fracasso escolar, fazem parte desse conjunto de características que engloba os alunos com demanda de inclusão escolar. Patto (1998) nos apresenta que o olhar sobre o fracasso escolar e para as dificuldades de aprendizagem leva em consideração a diversidade de acesso à informação, o nível socioeconômico do aluno.

Diante do exposto, a justificativa do projeto é a necessidade de instrumentalizar docentes para promoverem a inclusão, contribuindo para a equidade do acesso das crianças com demandas de inclusão à escola, respondendo dessa forma à esta lacuna social. A formação de professores é a base para a diminuição das barreiras, principalmente as atitudinais, frente ao aluno PCD ou Neurodivergente. Assim, o foco é em promover potencialidades, a partir do olhar focal naquilo que esses alunos podem realizar e não naquilo em que eles fracassam e não conseguem realizar (Ferreiro & Teberosky, 1986). Sendo esse todo compreendido, ainda, como uma atividade de cunho social e que se inclina ao atendimento aos desafios e mudanças na educação.

Portanto se faz essencial instrumentalizar futuros docentes para a uma atuação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental, abordando as diferentes necessidades dos alunos e promovendo práticas pedagógicas que assegurem a participação e o protagonismo dos alunos em seu processo de aprendizagem, alcançando todos em sala de aula, com suas diferentes formas de aprender. Docentes munidos de um olhar promotor de potencialidades e em prol de educar para a emancipação e autonomia.

III - Objetivos:

Objetivo Geral: Capacitar futuros pedagogos aos cenários de prática docente e ao exercício da promoção de ambientes educacionais inclusivos na educação básica.

Objetivos específicos:

1. Desenvolver competências técnicas e teóricas para atuação em contextos escolares com vistas a promover a diversidade.

2. Proporcionar a inserção dos alunos de graduação em Pedagogia, nas escolas públicas da Educação Básica, na promoção de práticas inclusivas com docentes da rede pública e com alunos neurodivergentes, PCD, alunos com dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem. Através de atuação nos espaços de Salas de Recursos, Classes especiais ou ainda Classes regulares com alunos incluídos.

3. Fomentar a implementação de práticas de ensino inclusivas.

4. Estimular a pesquisa na área da educação inclusiva, com incentivo à produção acadêmica, dos futuros licenciados do curso de graduação de Pedagogia, através da produção de artigos científicos, coleta de dados para pesquisas, participação em rodas de conversa, palestras, seminários internos e congressos (internos e externos).

5. Promover a troca de boas práticas com docentes da rede pública de ensino, em vias de compartilhar conhecimentos e ações que estimulem a inclusão na prática e o acolhimento às diversidades. Através de oficinas, palestras, rodas de conversas, workshops, entre outros momentos de troca e aprendizado.

Metas:

1. Oferecer 24 bolsas de estudos para alunos do curso de Pedagogia desta instituição, com rendimento CR. 7,0 (sete) a partir do 3° trimestre do curso. Caso não sejam atingidas as bolsas dentro dos referidos trimestres, alunos de semestres anteriores poderão ser contemplados, desde que atendendo às demais condicionantes e mediante autorização dos supervisores do projeto.
2. Estruturar a implantação para metodologias de ensino que promovam a educação inclusiva em três (3) escolas públicas da cidade de Teresópolis.
3. Ofertar a atuação dos alunos bolsistas nas escolas contempladas.
4. Publicar cinco (5) artigos acadêmicos sobre a experiência e sobre o tema durante o período de trabalho.

Indicadores:

1. Instrumentalizar os bolsistas com arcabouço teórico, relativo à educação inclusiva no ensino básico e avaliar o conhecimento dos alunos por meio de relatórios de atividades a cada semestre.

2. Oferecer a prática pedagógica supervisionada, no campo, com articulação aos preceptores do projeto. Avaliar esta atividade através de relatórios a cada semestre.

3. Propor a interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas inclusivas, englobando diversos conteúdos e disciplinas no desenvolvimento do projeto. Avaliar junto à Instituição de ensino, através de pesquisa de campo, se as propostas oferecidas foram bem recebidas e se aumentaram a acessibilidade e a inclusão.

Refeito: (Os indicadores precisaram ser reajustados para atender os requisitos da Capes e foram alimentados na plataforma de acordo com a listagem a seguir):

1. Número de escolas atendidas: controle de alunos e docentes (mensurar comunidade escolar);
2. Índice de Qualificação do Corpo Docente
3. Produção de relatórios para acompanhamento do sub-projeto
4. Número de eventos realizados (palestras, rodas de conversa, workshops, entre outros) integrando os bolsistas e as escolas parceiras
5. Reuniões para acompanhamento do sub-projeto
6. Acompanhamento dos relatórios/boletins dos alunos PCD das escolas parceiras
7. Otimização de Processos de Inclusão escolar nas unidades escolares
8. Percentual de unidades escolares atendidas pelo projeto
9. Número de artigos publicados no período da vigência do projeto
10. Índice de disseminação da Política de inclusão
11. Quantidade de eventos multicampi sobre a temática de Inclusão realizados
12. Percentual de planos educacionais (PEI) revisados/implementados
13. Percentual de documentos relacionados às atividades de ensino criados/atualizados

IV - Caracterização da IES proponente e explanação sobre suas realizações quanto IETCS:

Desde os primeiros períodos, os alunos do Unifeso estão em contato direto com as práticas voltadas para um formação carregada de significado. Através das disciplinas e projetos de IETEC (Integração Ensino-Trabalho e Cidadania) eles têm uma oportunidade inefável de conhecimento. Esse componente curricular proporciona o aprendizado através da prática, onde os alunos têm contato direto com a comunidade, sempre com a supervisão de um professor ou supervisor. Algumas das atividades realizadas pela IES, que estimulam esse viés voltado à prática e ao contato com à comunidade envolvem:

- rodas de conversa, ações de promoção de saúde e informação, cursos, atividades e projetos de formação de professores para a educação básica: atividades realizadas nas escolas e outros aparelhos da esfera pública, municipais e estaduais (histórico de relação da IES com esses parceiros);
- ações de instância específica voltada para a implementação da política institucional de formação de professores, estímulo à produção científica, premiações e incentivo à utilização de metodologias ativas e aulas práticas e que envolvam ações em proximidade com a comunidade.

V - Capacidade técnico-operacional da IES para a implementação do projeto e contrapartida(s):

- convênios de parceria, estágio e cooperação com as instâncias públicas locais já firmados;
- docentes já habituados com as práticas de supervisão nos locais e atuação junto à comunidade;
- período no calendário letivo, voltado para esses momentos;
- PDI com clara valorização à prática integrada à rede de ensino básico e promoção de atividades com a comunidade;
- laboratórios e estrutura física a disposição dos alunos e utilizados para atendimento à sociedade (Clínica escola, SPA, NPJ, entre outros);
- Rede de Estágios e Carreiras da IES;
- apoio da Diretoria Acadêmica das Ciências Humanas e Tecnologias e Reitoria.

VI - Indicação das secretarias de educação envolvidas e explanação sobre a articulação prévia com as redes quanto:

- Secretaria Municipal de Educação de Teresópolis/RJ
- Secretaria Estadual de Educação - SEEDUC Região Serrana I

Mediante as parcerias já estabelecidas, através de convênios firmados com SME/Teresópolis e SEEDUC RJ - Serrana I, a IES possui estagiários e alunos em projetos de extensão, alunos em disciplinas de laboratório de práticas didáticas já atuando em unidades escolares da educação básica.

VII - Plano de acompanhamento e avaliação dos Subprojetos

Os projetos recebem acompanhamento direto dos professores (docentes de cada disciplina), além de acompanhamento da supervisão e atuação próxima da coordenação. A avaliação da atuação se dá mediante contato dos docentes responsáveis com a gestão de cada unidade escolar, bem como através da análise de mapeamento *in loco* dos resultados, para possíveis ajustes de rota. Ou ainda, percebendo avanços, é possível definir etapas mais aprofundadas de discussão, mediante aceitação e resposta profícua da comunidade escolar em questão.

Explanação sobre a articulação prévia com as redes

Mediante as parcerias já estabelecidas, através de convênios firmados com SME/Teresópolis e SEEDUC RJ - Serrana I (acordo de cooperação técnica), a IES possui estagiários e alunos em projetos de extensão, alunos em disciplinas de laboratório de práticas didáticas já atuando em unidades escolares da educação básica.

Uma das escolas parceiras é o CMEI Marília Morgado Carneiro - Centro Municipal de Educação Infantil, diretora Denise Bem-Haja que já recebe alunos do curso de Pedagogia da IES para atividades práticas em turmas da educação Infantil.

Os alunos da IES já vem realizando atividades de práticas (disciplina Laboratório de práticas docentes, bem como visitas às unidades escolares pelo projeto de extensão Proteger Neurodiversidade.

Parcerias que já se dão de maneira articulada e com colaboração fluida e perene.

VIII - Detalhamento de como ocorrerão os momentos de formação comum.

Os momentos de formação comum acontecerão no UNIFESO, com a presença de um dos professores do corpo docente. As propostas de abordagem envolvem ações como: grupos de estudos com leitura de artigos e estudos de caso, rodas de conversa, *workshops*, oficinas e palestras. Através de momentos de reflexão e prática sobre as seguintes temáticas:

1. O direito à educação - Lei de diretrizes e bases da educação, bem como das leis que regem a educação especial e inclusiva, e demais dispositivos legais;
2. A educação integral - proposta de lançar um olhar para as perspectivas de olhar integralmente os educandos e considerar seu processo de formação enquanto indivíduos
3. O compromisso social e valorização dos profissionais da educação (formação continuada dos servidores públicos);
4. A gestão democrática do ensino público (participação da comunidade escolar);
5. Práticas sociais e cidadania (participação e práticas cidadãs);
6. Respeito e valorização das diversidades étnicas e raciais e de gênero (educar para a diversidade e acolhimento);
7. Compreendendo a neurodiversidade (o indivíduo neurodivergente e a sociedade);
8. Educação respeitosa e comunicação não-violenta (olhar da Disciplina Positiva)
9. Educação em direitos humanos (participação do NHD da IES).

Subprojeto

IX - Área do do Subprojeto:

De acordo com a listagem disponível no edital, a proposição se enquadra em duas áreas:

Área XII - Educação Especial e Inclusiva

Área XXVII - Pedagogia

X - Etapas dos subprojetos:

De acordo com o edital, os sub-projetos se enquadram nas Etapas da Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

XI - Contribuições do Subprojeto para o enriquecimento da formação dos licenciandos e para o fortalecimento do(s) curso(s);

O projeto é baseado no documento do MEC “Educar para a diversidade” (Duk, 2006) que orienta as diretrizes para uma educação mais equânime e justa. A partir deste documento, entendemos que o projeto tem como público alvo os estudantes com necessidades educacionais especiais, pois são alunos que podem correr o risco de serem excluídos do processo de ensino e aprendizagem. Além daqueles que colegas de classe convivem e profissionais que atuam junto a esses alunos.

Logo, o projeto visa a formação docente voltada para esta perspectiva, e, por isso, pretende-se oferecer subsídios teóricos e práticos no contexto da educação inclusiva. Durante o projeto os professores e professoras receberão ferramentas para ensinar sobo olhar das metodologias ativas, colocando o aluno numa posição de protagonista, mais participativa e em vias de promover um processo educativo emancipador e equânime. Considera-se que nos dispositivos de inclusão os estudantes portadores de deficiência e/ou neuroatípicos precisam (e podem) exercer sua posição de protagonismo. A proposta é ofertar ferramentas para que eles exerçam esse protagonismo, sejam ouvidos, participativos e ativos no processo de aprendizagem, bem como na comunidade escolar.

XII - Detalhamento de como se dará a inserção dos licenciandos no contexto escolar, considerando as características e dimensões da iniciação à docência previstas no art. 14 da Portaria CAPES 90/2024;

- Preparação de atividades práticas relacionadas à educação especial e inclusiva, com participação direta e significativa;
- Preparação e condução de aulas, elaboração de material didático, e participação em reuniões pedagógicas;
- Participação em diferentes modalidades de ensino, conforme detalhado no item X;
- Gestão de sala de aula, metodologias ativas de ensino, e avaliação de aprendizagem;
- Aplicação dos conhecimentos e métodos de pesquisa nas práticas pedagógicas;

Implementação da Prática:

Diante dos objetivos listados, a proposição é de os envolvidos possam participar de ações que venham ao encontro de promover momentos de trocas e formação para a inclusão real. Através de:

- Treinamento: cursos introdutórios, rodas de conversa e *workshops* sobre educação especial e inclusiva;
- Reuniões de planejamento: com a presença dos supervisores para definir objetivos e atividades específicas.
- Propostas de projetos e ações práticas para implementação das ações visadas.

Na primeira etapa da inserção no contexto escolar os licenciandos receberão orientação e atuarão em co-participação com a equipe educacional nas atividades de sala de aula. Na segunda fase, conforme os supervisores percebam a progressão de autonomia dos futuros professores em sala de aula, será ofertado um gradual aumento da responsabilidade, com possibilidade dos licenciados conduzirem aulas e adaptarem os materiais didáticos, sempre com orientação dos supervisores.

XIII - Quantidade de NID pretendidos;

O Subprojeto será composto um Núcleo de Iniciação à Docência (NID) com a seguinte composição:

- Coordenador de Área/CI;
- Supervisores;
- Alunos bolsistas de iniciação à docência.

XIV - Articulação do Subprojeto com o(s) PPC(s) do(s) curso(s);

O Subprojeto é articulado com alguns pontos do PPC do curso de Pedagogia do Unifeso, a saber:

- o curso em sua descrição já traz a menção de seu “importante papel social” à medida que oferta formação voltada para capacitação e atuação voltada para “transformação social através da educação, com foco no ensino básico”;
- os objetivos do curso trazem a clara proposta de propiciar uma formação que integre “formação teórica e prática (...) enfatizando as atividades de pesquisa, ensino e extensão como eixos articuladores do processo de produção de conhecimento”;
- ainda em seu Componente Curricular Extensionista o PPC do curso menciona por meio das disciplinas de Laboratórios de Práticas Docentes (LPD) o caráter de ligação com a prática. Nessas disciplinas “os estudantes são impactados pela extensão, que se caracteriza segundo o Conselho Nacional de Educação, como um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”. Nessas disciplinas os alunos desenvolvem atividades práticas pontuais em escolas da rede básica de ensino, em unidades da rede pública da cidade de Teresópolis.

Desta maneira, o PPC do curso de Pedagogia do Unifeso já demonstra inclinação em direcionar seus estudantes a atuarem junto à sociedade, bem como alcançando espaços e já em contato com a rede básica de ensino do município. Propostas que vão ao encontro do subprojeto apresentado a este edital, onde as atividades que ora são pontuais, se tornarão perenes e com maior alcance à comunidade.

Articulação com o PPc do curso:

De acordo com o PPc do Curso de graduação em Pedagogia, a integração com a sociedade e o perfil do egresso do curso integrado às necessidades e propulsor de processos educativos são proposições que permeiam o documento.

Observando os objetivos do PPC do curso é possível compreender ainda melhor as proposições que reforçam a articulação do subprojeto com o documento:

- Formar professores para o exercício da docência e das diferentes dimensões do trabalho pedagógico, em âmbito formal e não formal, com ênfase na prática, nas ciências humanas, sociais e na tecnologia, a partir de uma visão de sustentabilidade.
- Contribuir para a melhoria do ensino e da pesquisa educacional;
- Identificar e compreender a atuação profissional diante dos desafios de um mundo globalizado, em que o empreendedorismo, defesa do meio ambiente, desenvolvimento sustentável
- Desenvolver um profissional com capacidade de articular diferentes conhecimentos teórico e prático para lidar com a diversidade e inclusão em espaços escolares e não escolares.

- Integrar a formação teórica e prática ao longo do curso, enfatizando as atividades de pesquisa, ensino e extensão como eixos articuladores do processo de produção de conhecimento.

Assim, coadunar a prática de inclusão através da informação, promoção de ações diretamente ligadas à educação básica, em especial à rede pública de ensino, estão articulados com o PPC do curso, bem como com os valores e o PDI da IES.

XV - Ações de formação dos participantes em cultura digital e para o uso pedagógico de tecnologias;

Dado o contexto de aplicação do projeto, faz-se necessário refletir e propor ações de ensino e pesquisa voltados para a cultura digital pensada para a educação inclusiva e utilização de recursos de tecnologias Assistivas. Em parceria com cursos do próprio Centro Universitário existe a possibilidade de compartilhamento de conhecimentos e uso de laboratórios que já são equipados com espaços e de *design* e impressoras 3D, entre outras possibilidades de executar a proposta do subprojeto.

A proposta é de ofertar ações nesta linha de proposição:

1. **Cursos Práticos sobre Tecnologia Assistiva;**
2. **Cursos de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA);**
3. **Oficinas de Produção de Recursos Digitais Inclusivos (em parceria com o curso de Arquitetura e Terapia Ocupacional do Unifeso);**
4. **Laboratórios de Inclusão Digital;**
5. **Palestras sobre Políticas e Práticas Inclusivas na Educação;**
6. **Cursos de Competências em Tecnologias Educacionais;**
7. **Cursos de letramento contra o capacitismo na educação**

XVI - Estratégias a serem adotadas para o trabalho coletivo no planejamento e na realização das atividades:

Para a realização das ações propostas, são necessárias algumas estratégias, dentre elas:

- Grupos de Trabalho Interdisciplinares - montados com especialistas das diversas áreas que trabalham com educação especial e inclusiva, a Pedagogia, tais como: pedagogos, psicólogos, neuropsicólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, arquitetos, cientistas da computação, desenvolvedores de sistemas, dentre outros;
- Planejamento participativo: onde como oficinas de criação, para elaborar o cronograma de atividades, definir papéis e responsabilidades, e identificar recursos necessários;

- Utilização de plataformas de gestão de aprendizagem (como o Canvas) e de softwares colaborativos (como o Totvs), e recursos de tecnologia assistiva nas atividades do projeto, que já são utilizados internamente pela IES;

- Utilização de espaços, laboratórios, materiais e recursos que a IES já dispõe.

XVII - Descrição de como se dará o acompanhamento das atividades ao longo da execução do Subprojeto e como será feita a avaliação dos participantes

Monitoramento através de:

1. Indicadores de desempenho;
2. Estabelecimento de metas mediante planejamento das atividades;
3. Avaliações;
4. Reuniões de feedback;
5. Relatórios de progresso dos responsáveis pelas atividades;
6. Autoavaliação;
7. Avaliação por Pares;
8. Avaliação dos supervisores;
9. Avaliação da coordenação.

Considerações finais

O PIBID é um objeto de política pública que emancipa graduandos em prol de uma formação mais carregada de significado e promotora de impacto social do poder transformador sobre as pessoas, que a Educação tem (Freire, 1981). Em vias de promover uma educação que seja, de fato, emancipadora (Pinheiro, 2023) a proposta que a IES apresenta vem trazer uma visão disposta a romper com a reprodução de paradigmas e integrar as práticas inclusivas à comunidade escolar como um todo. Deixando de ser uma ação isolada, mediada de “um pra um” e que envolva docentes e comunidade escolar.

Nesse sentido, é comum ouvir docentes se queixarem da falta de “preparo” e oferta de “formação continuada” a fim de executar melhores práticas em educação inclusiva. O que o subprojeto traz engloba compartilhar informações com esses docentes da rede pública da educação básica, que anseia por ferramentas para acolher seus alunos, e ainda englobar ações ligadas diretamente aos alunos incluídos, bem como à comunidade escolar (crian,as docentes, famílias, funcionários, gestão, entorno).

Ainda, perpassando a perspectiva de dar sentido à prática educativa, propiciar aos graduandos essa experiência prática é, de fato, um diferencial em sua formação. Contudo é preciso destacar que o perfil socioeconômico do alunado do curso de Pedagogia do Unifeso, será positivamente impactado pelas bolsas de iniciação à docência.

Por fim, a execução desta proposta coaduna com o perfil da IES, já conhecida por parcerias e atuação em prol da comunidade, laços com o setor público e engajada com uma formação carregada de propósito. Para o corpo discente do curso de Pedagogia, a compreensão (ainda maior) do diferencial da afetividade para promoção das aprendizagens e do processo educativo (Freire, 2014; Relvas, 2022), ficará latente, sem dúvida reverberando em futuros docentes carregados de uma prática educativa inclusiva, promotora de habilidades e acolhedora da diversidade.

Referências

ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. **Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 27, p. e247367, 2023.

BEZERRA, Giovani Ferreira. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, p. 673-688, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB n° 2/2001, 2001

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, 2008.

BRASIL. **Decreto Federal n. 7611** de 17 de novembro de 2011, Casa Civil, 2011.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). 2015

BRASIL. **Decreto Federal Nº 9.034** de 20 de abril de 2017. Casa Civil, 2017

BRASIL. Governo Federal. MEC. **Divulgação dos resultados do Censo 2023** (2024) https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultaos-do-censo-escolar-2023

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 65-74, 2009.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade : material de formação docente**. 3. ed. / edição do material Cynthia Duk. – Brasília : [MEC, SEESP], 2006. 266 p.

ESPECIAIS, Educativas. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades**, 1994.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana; LICHTENSTEIN, Diana Myriam. **Psicogênese da língua escrita**. Artes Médicas, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra: 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características. **Cadernos de pesquisa**, n. 65, p. 72-77, 1988.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. Planeta, 2023.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Unifeso 2023-2027** (2023) https://www.unifeso.edu.br/uploads/8fcc24c0fd5e2ca5e638e0568e051d4a.pdf

RELVAS, Marta Pires. **Neurociência e transtornos de aprendizagem**. WAK Editora, 2022.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski; ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, p. e217841, 2020.